



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0012141-51.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **Reinildo Almeida Nepomuceno**
 Requerido: **Instituto Nacional de Seguro Social Inss**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

REINILDO ALMEIDA NEPOMUCENO pediu a condenação do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ao pagamento de benefício acidentário, haja vista a redução de sua capacidade laborativa em consequência de acidente sofrido no dia 09 de novembro de 1996, lesionando o tendão do segundo dedo da mão esquerda.

Citado, o INSS contestou o pedido, sustentando a inexistência de incapacidade funcional decorrente de acidente do trabalho e a ocorrência da decadência.

Realizou-se prova pericial, juntando-se aos autos o respectivo laudo, vindo manifestação das partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

É incontroversa a ocorrência de acidente do trabalho, com lesão traumática do tendão do segundo dedo da mão esquerda.

Mas a perita judicial não identificou perda da aptidão funcional, do que decorre o insucesso da pretensão ao recebimento de benefício acidentário, para o qual se exige a demonstração de incapacidade laborativa permanente, ainda que parcial.

Explicou a Dra. Perita Judicial que a seqüela produzida é “leve” e não incapacitante para a realização da atividade laborativa, bem como que não exige maior e permanente esforço ao exercício satisfatório das funções laborativas habituais (fls. 68).

Aliás, a Dra. Perita Judicial enfatizou existir *prejuízo leve apenas da pinça efetiva, pois a preensão palmar está preservada, assim como a garra é realizada quase totalmente em sua plenitude, pois há prejuízo para flexão distal apenas – AIF distal), sendo que a mobilidade tanto dada metacarpo-falangeana como da AIF proximal estão preservadas.* (textual, fls. 68).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Tal conclusão prepondera, embora sem desmerecer o conteúdo do laudo médico de fls.13/23. A médica nomeada por este juízo, experiente que é, analisou a seqüela perante a legislação acidentária.

”Os tendões flexores fazem parte desse conjunto anátomo-fisiológico muito complexo da mão. São os principais elementos atuantes nos movimentos de preensão; preensão forte e vigorosa do operário que empunha uma marreta, preensão delicada e sutil do desenhista que traça as linhas corretas do perfil de um rosto ou de um hábil cirurgião que maneja seu bisturi em movimentos rápidos e precisos. Se para o operário a invalidez de uma de suas mãos significa a perda de sua capacidade para o trabalho, para os outros representa toda uma gama de dificuldades a começar pelo seu relacionamento do dia-a-dia (ANDRADE, 2002)” (TJSP, Apel. nº 0110497-09.2008.8.26.0000, 17ª Câmara de Direito Público, rel. Des. Antonio Moliterno, j. 26.10.10)”.

Aqui não se nega a importância da plena capacidade das mãos para atividades laborativas essencialmente braçais. Sucede que a seqüela identificada não é incapacitante.

A legislação acidentária não indeniza a lesão ou a doença, mas sim a incapacidade para a atividade laborativa, incapacidade esta que não foi constatada pela perita judicial. Portanto, não há que se falar em benefício acidentário.

Não se pode olvidar que a indenização infortunistica busca reparar tão somente a incapacidade laboral originada direta ou indiretamente do trabalho, nos termos do art. 19, da Lei 8.213/91, *in verbis*: “Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII, do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.”

O acidente ocorreu em 09 de novembro de 1996. O autor teve o auxílio acidentário cessado em 26 de março de 1997. Passaram-se dezesseis anos da cessação do benefício e somente agora, depois de tantos anos, o autor almeja a concessão do auxílio-acidente.

Portanto, se o autor fosse credor do auxílio-acidente postulado, já teria decaído de seu direito.

A jurisprudência consolidou o entendimento em torno da decadência do direito, com base no artigo 103 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997:-

Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

No caso em questão, o benefício previdenciário cessou em 25 de março de 1997, o que torna esta a data inicial da contagem do prazo. Portanto, a ação foi ajuizada após o decênio legal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Tal orientação foi reafirmada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça nos Recursos Especiais 1.309.529/PR e 1.326.114/SC, julgados pela sistemática dos recursos repetitivos:

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PELO SEGURADO. DECADÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997, AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DESTA NORMA. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO LEGAL.

1. Aplica-se o prazo de decadência instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, ao direito de revisão dos benefícios concedidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997).

2. O fato de a Lei 10.839/2004 ter fixado o prazo de dez anos não altera a conclusão acima, já que a citada norma restabeleceu o prazo instituído pela Lei 9.528/1997 antes de ter transcorrido o lapso menor de cinco anos da Lei 9.711/1998.

3. Essa orientação foi reafirmada nos julgamentos dos Recursos Especiais 1.309.529/PR e 1.326.114/SC, proferidos na sessão de 28.11.2012 (pendente de publicação), pelo rito dos recursos repetitivos (art. 543- C do CPC e Resolução STJ 8/2008).

4. No caso específico, o benefício previdenciário objeto de revisão foi concedido antes de 28.6.1997, o que torna esta a data inicial da contagem do prazo. Contudo, a ação foi ajuizada após o decênio legal.

5. Agravo Regimental não provido.

STJ - AgRg no AREsp 211.225/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/04/2013, DJe 08/05/2013. (sem grifos e destaques no original).

O benefício que se pretende implantar decorre de acidente ocorrido no já distante ano de 1996, antes do advento da Medida Provisória nº 1.523-9/1997, com vigência a partir de 28.06.1997, posteriormente convertida na Lei nº 9.528/97, que deu nova redação ao art. 103, da Lei nº 8.213/91 e instituiu o prazo decadencial de 10 (dez) anos para a revisão do ato de concessão do benefício.

Diante do exposto, **rejeito o pedido** apresentado por REINILD ALMEIDA NEPOMUCENO contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

O autor está legalmente dispensado de despesas processuais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

P.R.I.C.

São Carlos, 04 de abril de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**